

REINTEGRAÇÃO E DISPONIBILIDADE

Art. 41,

§ 2º **Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor *estável***, será ele **reintegrado**, e o **eventual ocupante da vaga, se *estável***, reconduzido ao cargo de origem, **sem** direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º **Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade**, o servidor ***estável*** ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de **serviço**, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ART. 42)

Art. 42. Os membros das **Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares**, instituições organizadas com base na **hierarquia e disciplina**, são **militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios**.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º **[compensação de regimes previdenciários]**; e do art. 142, §§ 2º e 3º **[vedação de HC em face de punições disciplinares e regime jurídico dos militares]**, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as **patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores**.

§ 2º Aos **pensionistas** dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em **lei específica do respectivo ente estatal**.

§ 3º **Aplica-se aos militares** dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no **art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar**.

REGIÕES (ART. 43)

*Art. 43. Para efeitos administrativos, a **União** poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.*

*§ 1º **Lei complementar** disporá sobre:*

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os **incentivos regionais compreenderão**, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - *isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;*

IV - *prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.*

§ 3º **Nas áreas a que se refere o § 2º, IV**, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

§ 4º Sempre que possível, a concessão dos **incentivos regionais a que se refere o § 2º, III**, considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)*

QUESTÕES

1) Ano: 2025 Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB
Órgão: Ministério Público do Ceará Cargo: Técnico Ministerial

A investidura em função, cargo ou emprego públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, emprego ou função, na forma prevista em lei.

2) Ano: 2025 Banca: Fundação Getúlio Vargas Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal

Os Oficiais de Justiça devem atuar com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a lisura e a eficácia dos atos processuais. Assinale a opção que apresenta corretamente o princípio que exige que o agente público atue com o melhor desempenho possível e que a Administração Pública seja organizada de forma a alcançar os melhores resultados na prestação dos serviços públicos.

A . Legalidade. B . Impessoalidade. C . Moralidade. D . Publicidade.
E . Eficiência.

3) Ano: 2025 Banca: Instituto Quadrix Órgão: Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais Cargo: Analista de Licitações

Assinale a opção que apresenta a definição mais precisa do princípio da legalidade.

A . Refere-se à exigência de que a atividade administrativa esteja em conformidade com valores éticos de forma ampla.

B . Determina que os atos estatais sejam divulgados ao público, salvo nos casos em que o sigilo seja justificável.

C . Relaciona-se à utilização eficiente de recursos econômicos para alcançar os melhores resultados.

D . Veda à Administração Pública a adoção de tratamento diferenciado, seja mais favorável ou mais rigoroso, com base em características pessoais, sociais, econômicas ou de qualquer outra natureza, salvo quando houver justificativa legal relacionada à situação concreta.

E . Estabelece que a Administração Pública somente pode agir nos limites do que a lei expressamente autoriza.

4) Ano: 2025 Banca: Instituto de Administração e Tecnologia Órgão: Prefeitura de João Alfredo UF: PE Cargo: Procurador

Analise as afirmações sobre os princípios que regem o Direito Administrativo:

I. O princípio da legalidade impõe que a Administração só atue conforme lei, diferentemente dos particulares que podem agir livremente.

II. A publicidade obriga a divulgação irrestrita de todo conteúdo administrativo, mesmo em casos sob sigilo legal.

III. A moralidade administrativa exige conduta ética, punindo desvios de finalidade no exercício das funções públicas.

IV. O princípio da eficiência visa a otimizar resultados, conciliando celeridade e qualidade na prestação de serviços.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A . I e III, apenas. B . I, II e IV, apenas. C . II e III, apenas. D . I, III e IV, apenas.

5) Ano: 2025 Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região Cargo: Técnico
Judiciário - Área: Administrativa

A responsabilidade civil relativa a danos ocasionados a particulares pelas concessionárias de serviço público segue a lógica da teoria do risco integral.

1 - E

2 - E

3 - E

4 - D

5 - E